



ISSN 2359-6597

22 a 24 de Setembro de 2014

XIII Semana Acadêmica
do Curso de **Filosofia**
da FAPAS - 2º Semestre 2014

FORMAÇÃO E CONDIÇÃO HUMANA

JOHN LOCKE E A CRÍTICA AO INATISMO CARTESIANO

Daniel Soares das Chagas*

Vitor Mateus Oliveira Fantoni**

Resumo: Neste trabalho pretende-se demonstrar que a concepção de ideia inata defendida por Descartes é passível de falhas na sua epistemologia, isto é, que o inatismo cartesiano não contempla a realidade do processo de obtenção do conhecimento pelo ser humano. Em outras palavras, a teoria do conhecimento proposta por Descartes não se justifica sem recorrer a uma visão dogmática e reduzida da capacidade que o homem tem de fazer o uso de um pensamento racional mais elevado para aprender, e para isso, coloca de maneira ontológica, a necessidade de a mente ter ideias programadas em si, impressas na consciência. Com Locke será demonstrado que o processo mental pelo qual o homem toma conhecimento das coisas, desqualifica e torna imprecisa a necessidade de se ter na mente ideias inatas. Observar-se-á que há total possibilidade de o homem conhecer sem necessitar das elucubrações de Descartes, no que diz respeito ao inatismo. Desse modo, buscar-se-á tratar do contexto histórico e das razões que levam Locke a contrapor-se a filosofia de René Descartes. Para isso, utilizar-se-á de fragmentos da obra *Ensaio Acerca do Entendimento Humano*, do político, filósofo e médico inglês John Locke, para a elaboração deste artigo. As obras *Meditações Metafísicas* e *Discurso do Método* de Descartes serão apresentadas para caracterizar a teoria do autor, e relacionar com a obra de Locke.

Palavras-chave: Inatismo. Conhecimento. Razão. Sensação.

Introdução

John Locke, ao escrever seu *Ensaio Acerca do Entendimento Humano*, quer com esta obra demonstrar por meios de argumentos lógicos que a mente humana não possui ideias inatas gravadas desde o mais primordial momento da existência do ser humano. É claro o viés epistemológico por onde permeiam os escritos de Locke, visto que o objetivo principal é investigar como se dá o processo de obtenção do conhecimento, e ainda, o que é possível de ser conhecido.

* Acadêmico do 4º semestre de Filosofia da Faculdade Palotina (FAPAS), Santa Maria - RS. E-mail: daniel-chagas_72@hotmail.com.

** Acadêmico do 4º semestre de Filosofia da Faculdade Palotina (FAPAS), Santa Maria - RS. E-mail: vitorfantone06@gmail.com.

Ao se compreender a proposta epistemológica do autor, vê-se também que a obra é intrincada de análises da mente e da pessoa humana, feitos por meios psicológicos, o que reflete também a visão que Locke possui sobre a educação e a formação de cidadãos no seu tempo. Segundo a psicologia formativa presente no pensamento do autor, o homem nasce sem impressões pré-programadas na mente. Isto é, sem as tais ideias inatas anteriormente propostas por Descartes¹ para explicar como o homem conhece e dá significado a si, as coisas do mundo e do cosmos.

A crítica ao racionalismo² de Descartes, feita por Locke se dá justamente na oposição referente a forma de compreender como o homem toma conhecimento das coisas. Com Descartes, tem-se o Inatismo das ideias, com Locke, o Empirismo³ que preza pelo uso dos sentidos como meio pelo qual se dá significado ao objeto que pode vir a ser conhecido.

O inatismo das ideias, conforme já mencionado, tem suas raízes no pensamento do filósofo grego Platão, que afirmava que a mente nasce com ideias prontas, já gravadas, para posteriormente serem utilizadas pela razão. Tem-se com Platão, uma negação do conhecimento quando este é obtido por meio dos sentidos, pois, para o pensamento platônico, de onde Descartes 'bebe' para desenvolver sua teoria do conhecimento humano, o conhecimento pela via dos sentidos é passível de erros, os sentidos podem enganar e produzir um falso conhecimento.

Seguindo em uma linha oposta a de Descartes, Locke não vê sentido na afirmação de que a mente tenha ideias pré-programadas. Na construção epistemológica de Locke, veem-se elementos do método de Aristóteles para dar significados e conhecer os objetos que se apresentam ao alcance do entendimento, isto é, à observação pelos sentidos, a experiência sensitiva e empírica, onde o objeto ganha ou torna-se alvo da compreensão humana, quando o

¹ René Descartes- (1596 – 1650) nasceu de uma família nobre dedicada à medicina e ao comércio. Os Descartes se fixaram em La Haye, Tourenne. Seu pai se chamava Joaquim e era conselheiro do parlamento britânico. René tinha uma saúde frágil, e era cuidado por sua avó. Entrou no colégio jesuíta de Le Flèche, que havia sido fundado dois anos antes, mas já adquirira notoriedade. Nesse estabelecimento René teve formação filosófica e científica. Foi um bom aluno, mas não encontrou a verdade que procurava, como escreveu no *Discurso do Método*.

² O racionalismo é uma teoria filosófica que dá a prioridade à razão, como faculdade de conhecimento relativamente aos sentidos. Como corrente filosófica, o racionalismo nasce com Descartes, e atinge o seu auge em B. Espinoza, G. W. Leibniz e Ch. Wolff. O racionalismo cartesiano indica que só é possível chegar ao conhecimento da Verdade através da razão do ser humano. Para Descartes, existiam três categorias de ideias: as adventícias, as factícias e as inatas. As adventícias representam as ideias que surgem através de dados obtidos pelos nossos sentidos; factícias são as ideias que têm origem na nossa imaginação; e as ideias inatas, que não dependem da experiência e estão dentro de nós desde que nascemos. Segundo Descartes, conceitos matemáticos e a noção da existência de Deus eram exemplos de ideias inatas.

³ Empirismo é um movimento que acredita nas experiências como únicas, e são essas experiências que formam ideias. O empirismo é caracterizado pelo conhecimento científico, quando a sabedoria é adquirida por percepções; pela origem das ideias por onde se percebe as coisas, independente de seus objetivos e significados.

sujeito usa dos sentidos (visão, tato, olfato, paladar, audição) para interagir com o objeto que se deseja conhecer.

Para dar sustentação à premissa de que não há na mente princípios inatos, Locke afirma “que a maneira pela qual adquirimos conhecimento constitui suficiente prova de que não é inato” (LOCKE, 1973. p. 151). Adiante afirma ainda que “simplesmente pelo uso de suas faculdades naturais, podem adquirir todo o conhecimento que possuem sem a ajuda de quaisquer impressões inatas e podem alcançar a certeza sem quaisquer destas noções ou princípios originais” (LOCKE, 1973, p.151) estampados na mente humana, recebido na alma e trazidos para a existência nesse mundo.

Para seguir demonstrando que o inatismo não é válido enquanto teoria explicativa sobre o entendimento das coisas, dentro de sua obra, Locke vai analisar uma infinidade de pressupostos defendidos pelos inatistas, dentre elas; as de que o acordo universal entre os homens sobre certas verdades é justificável para provar que a mente tem ideias inatas. Ele irá afirmar ainda que a ideia de Deus e das normas morais que possibilitam a convivência no homem com seus semelhantes e o surgimento de Estados, civilizações e comunidades também não são dados por uma necessidade ontológica de existir na mente, uma série de ideias a serem postas em prática.

Locke vai defender mais uma vez que tudo o que o homem pode conhecer, desenvolver e entender acerca de si e do mundo, deve passar necessariamente pela experiência empírica, isto é, pelo uso das afecções provenientes da experimentação sensitiva.

1 Da negação do inatismo acerca de proposições universais

Afirma Locke: “Se for verdadeiro que existem certas verdades devido o acordo entre todos os homens, isto deixará de ser uma prova de que são inatas”(1973, p. 151).

Supõem-se mostrar que mesmo havendo ideias de acordo comuns e convenções sociais, isto por si, já invalida, independentemente quais ideias forem, que estas sejam inatas. Segue-se que, logicamente, para que (ao menos) uma ideia inata esteja de fato impressa na mente de todos os homens, todos devem ter o mesmo assentimento para com esta ideia, ter o mesmo entendimento e expressá-la da mesma forma. Desconsidera-se a necessidade de que haja um acordo, uma convenção para que tal ideia seja aceita, pois, acordos e convenções surgem necessariamente onde não há a homogeneidade de pensamento, onde reina a multiplicidade de formas de pensar acerca de um objeto.

Assim, não pode ser um acordo universal entre todos os homens, prova suficiente para sustentar a crença em ideias inatas. Visto que, um acordo só existe e é possível quando há justamente a diferença no entendimento, onde há algo ao qual se faz um acordo, este, entre diferentes intelecções para a possibilidade de se chegar a um resultado harmonioso.

2 Objeção a crença de que o conhecimento pela via do uso da razão prova o inatismo

Outra máxima defendida pelos inatistas, é a de que os homens sabem quando chegam ao uso da razão, e que essa sapiência é prova suficiente para afirmar o inatismo como teoria certa sobre como o homem conhece. Entretanto, diz Locke:

Se a razão os descobre, não é uma prova de que são inatos. Querem-se dizer que mediante o uso da razão os homens podem descobrir estes princípios, sendo isto suficiente para prová-los inatos, esta maneira de arguir implicará o seguinte: sejam quais forem as verdades reveladas pela razão, e com as quais somos levados com ela a concordar com firmeza, todas estas verdades encontram-se naturalmente impressas na mente humana (1973, p. 152).

Aqui Locke descreve como os inatistas pretendem afirmar que tão somente o uso da razão capaz de propiciar conhecimento, e que esse conhecimento é um acesso às impressões já naturalmente programadas na mente. Porém, tal prova oferecida pelos inatistas, deixa margem para questões como: não seria a razão a faculdade de assentir ou levantar preposições a partir de algo que primeiramente passa pela percepção sensorial, tal qual se pode observar no desenvolvimento e na maturação psicomotora do ser humano ao longo da infância até a senilidade? Responde-nos Locke que:

Isto, (o conhecimento) certamente nunca pode ser pensado inato, se necessitamos da razão para descobrir, a menos que como disse, consideremos inatas todas as verdades infalíveis que a razão nos ensina. Podemos igualmente pensar o uso da razão necessário para fazer nossos olhos descobrirem objetos visíveis, como deveria haver necessidade da razão para, ou de seu exercício posterior, para fazer o entendimento ver o que está originalmente gravado nele, e não pode estar no entendimento sem antes ter sido percebido (1973, p. 153).

Ou seja, Locke quer dizer que a razão, ou o conhecimento só se dá quando justamente a partir da observação empírica, da afecção do objeto aos sentidos, e conseqüentemente, do conhecimento que tal afecção produz, é que a razão entra em cena, e deduz verdades até então desconhecidas, isto é, antes de ter ocorrido o encontro entre um

determinado objeto e os sentidos, não há conhecimento, e o conhecimento só passa a existir a partir do momento em que se dá esse encontro, que afeta e possibilita à razão um assentimento sobre o ocorrido. Para Locke o uso da razão é: “a faculdade de deduzir verdades desconhecidas a partir de princípios ou proposições já conhecidas” (1973, p. 153). Então, logicamente, seguindo a linha de pensamento do filósofo empirista, o que ele chama de 'verdades desconhecidas' é o que a razão descobre a partir do conhecimento dos “princípios ou proposições já conhecidos”, e, estes princípios, sendo o conhecimento adquirido pela observação sensível. Então a razão enquanto sinônimo de conhecimento não está impresso na mente, a racionalização é fruto primeiro da afecção sensível entre sujeito e objeto, e não uma programação de ideias *in natura*.

3 As ideias não podem ser inatas porque nem todos os seres humanos chegam ao conhecimento

Locke vai ainda problematizar a questão de que o conhecimento dos tais princípios inatos, a ideia de Deus, as normas morais, premissas universais como ‘o que é, é’ ‘é impossível para uma mesma coisa ser e não ser’ não são universalmente conhecidas, e que a ação virtuosa e os princípios de fé e justiça não são universalmente aceitos.

Sobre as premissas ditas universais de ‘o que é, é’ e ‘é impossível para uma mesma coisa ser e não ser’, conhecidas como argumentos de anuência universal, para Locke

Parecem ser uma demonstração de que tal coisa não existe, por que não há nada passível de receber de todos os homens um assentimento universal. Visto que: tomo a liberdade para afirmar que estas preposições se encontram bem distantes de receber um assentimento universal, pois não são conhecidas por grande parte da humanidade (1973, p.151).

Ora, o que Locke toma por pressuposto para que uma premissa seja de conhecimento universal e, portanto inato, seria o fato de que todos os homens a devessem conhecer, para Locke, é impensável que haja algo conhecido por todas as pessoas do mundo, até mesmo para os já citados argumentos de anuência universal.

Outro ponto que não podemos deixar de contemplar na filosofia lockiana é que embora o autor não use a expressão de que ‘a criança é como uma tábula rasa’, lhe é atribuída tal concepção. Os motivos que possivelmente fizeram com que Locke tenha essa concepção atribuída a si, se dão pela forma como ele expressa sua visão de construção de conhecimento,

da qual trata este artigo: a de que o homem nasce sem caracteres impressos na mente. Em outras palavras, equivale a dizer que não há ideias inatas, ou ainda, que a mente é um papel em branco, uma tábula rasa, onde a construção do conhecimento se dá pela interação com o meio, a educação que o sujeito recebe e a percepção empírica do mundo, para a partir disso, o homem racionalizar sobre sua condição. Em momento algum este trabalho tem a pretensão de negar que o homem não tenha a potência para conhecer, pelo contrário, a capacidade para conhecer, essa sim é inata, mas, o conhecimento é adquirido. Cabe ainda observar sobre os ditos argumentos de anuência universal, que estes não são conhecidos por incapacitados cognitivamente, seja por deficiência, ou por estágio de maturação cognitiva.

4 Sobre a ideia de Deus ser inata

Locke contra argumenta:

Além dos ateus observados entre os antigos, e assinalados nos registros da história, não se descobriram em épocas mais recentes, nações inteiras entre as quais não se encontra nenhuma noção de Deus ou de religião? Estes são exemplos que a natureza inculta foi mantida por si mesma sem o auxílio da cultura e da disciplina, e o aperfeiçoamento das artes e das ciências. Mas há outras que apesar de terem disto usufruído, por falta de devida aplicação de seus pensamentos daquela maneira, carecem da ideia e do conhecimento de Deus (1973, p.160).

Ora, fica claro que não há um consenso sobre a ideia da existência de Deus, para a mente humana, seja prova de inatismo, e se, não há um consenso, como bem apresenta Locke, isto já é suposição suficiente senão para provar que nem a ideia de Deus e nem ideia nenhuma são inatas, ao menos, pode-se questionar o que outrora pretendia Descartes.

Ainda, sobre os princípios práticos de justiça, fé e ação virtuosa, e regras morais e seu suposto inatismo, tem a dizer o filósofo inglês:

Como as regras morais necessitam de prova, elas não são inatas. Outra razão me que leva a duvidar de quaisquer princípios práticos inatos decorre do fato de pensar que nenhuma regra moral pode ser proposta sem que uma pessoa deva justamente indagar a sua razão: o que seria perfeitamente ridículo e absurdo se ela fosse inata, ou sequer evidente por si mesma, coisa que todo princípio inato deve necessariamente ser, sem precisar de qualquer prova para apurar sua verdade, nem necessitar de qualquer razão para sua aprovação (1973, p. 156).

Aqui se observa que Locke usa de recursos lógicos para se contrapor ao inatismo. Se há na mente algo inato, sejam princípios de paz, justiça, e vida virtuosa, todos os homens deveriam despertar para tal realidade cognoscível, o que não acontece, haja vista a existência de mazelas sociais, como a pobreza e o crime, ou ainda, o fato de que uma norma moral sempre levanta dúvidas sobre sua natureza. Para Locke, ao invés de dúvidas, tais proposições tidas como de vital importância deveriam levantar um imediato assentimento. Ainda sobre a vida virtuosa, embora seja esta afirmada pelos antigos como Aristóteles em sua *Ética à Nicômacos*, como a natureza da busca do ser humano, o que para os inatistas é pressuposto para dizer que a busca pela virtude é inata e que os princípios desta também o são, para Locke, a vida virtuosa é afeita a quem recebe instrução para tal, e ainda, que a busca pela virtude é “geralmente aprovada não por que é inata, mas porque é proveitosa”(1973, p. 157) e ainda que para essa busca os homens tenham princípios práticos opostos na forma como classificam e buscam uma suposta virtude, pois é de comum acordo que os princípios de justiça, fé e vida virtuosa apresentam inúmeras discrepâncias entre as nações, ou seja, a norma moral de uma nação é relativa à de outra. Logicamente, se há uma relatividade na norma moral, nem mesmo esta pode ser dita como inata da mente humana.

Há ainda outra pertinente objeção feita por Locke aos inatistas: a de que não há ideias inatas na memória. Diz o empirista:

Cabe-me acrescentar: se houvesse quaisquer ideias inatas, quaisquer ideias na mente, a respeito das quais e mente não pensa atualmente, devem estas estar situadas na memória, da qual devem ser trazidas à observação pela recordação, isto é, devem ser reconhecidas quando são recordadas, como tendo antes sido percepções na mente, a menos que a recordação possa existir sem a recordação (1973, p. 161).

Ou seja, Locke não vê possibilidade de uma ideia existir sem antes ter sido uma recordação, e, para Locke, uma recordação é sempre afeita a um encontro perceptivo de um objeto, não de uma ideia pré-programada.

Considerações finais

Conclui-se que John Locke, em seu *Ensaio Acerca do Entendimento Humano*, tinha como propósito investigar o processo pelo meio do qual o homem adquire o conhecimento. Em seu tempo, deparou-se com a corrente inatista, a qual classificou, (e isto fica implícito em sua obra) como uma filosofia acomodada, despreocupada em investigar o homem, já que

admite que este já nasce com o conhecimento formado, e só precisa acessá-lo. Com este trabalho, buscou-se demonstrar, a partir dos escritos de Locke, uma posição contrária ao inatismo, ou seja, defender que o homem torna-se fruto do meio em que é educado, e que ainda, este necessita ter a mente e o corpo disciplinados, para poder conhecer, pois o conhecimento é resultado da experiência empírica do ser humano com o mundo.

Referências

DESCARTES, René. **Discurso do método**. Brasília: UnB, 1985.

DESCARTES, René. **Meditações**. Ed. Bertrand Brasil. s/d.

LOCKE, John. **Ensaio acerca do entendimento humano**. São Paulo: Abril S.A Cultural. 1973.